

# Um governador em apuros. A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780)

*Fábio Kühn*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

No final do seu governo no Continente do Rio Grande, passada a desgastante guerra com os espanhóis, alegando doenças e cansaço, pois as suas queixas e moléstias lhe faziam “incapaz de governar,” escrevia o governador para o seu superior hierárquico, o Vice-rei Marquês do Lavradio. Solicitava que pudesse retornar ao Reino e “ir descansar à minha Casa e Província de Trás os Montes”, pois alegava que “nem eu sou para estas terras, nem estas terras para mim”.<sup>1</sup> Ele ainda permaneceria mais dois anos à frente da atribulada capitania, mas deixou impregnada na memória histórica a fama de turbulento, autoritário e homem de temperamento irascível.

169

Nas suas palavras, o governador se definiu como um “pobre homem de Trás os Montes”, numa alusão às suas modestas origens sociais. Mas, de fato, quem era este “pobre homem”? Em primeiro lugar, cabe destacar que ele foi um governador em um período de transição nas relações luso-castelhanas, que assumiu o governo do Rio Grande de São Pedro em uma conjuntura de guerra, quando a região estava parcialmente tomada pelas forças castelhanas, que invadiram a vila de Rio Grande em 1763. Os dois primeiros governadores da capitania subalterna ainda eram homens ligados às políticas de Gomes Freire de Andrade. Tanto Inácio Elói Madureira (1760-1763) como José Custódio de Sá e Faria (1764-1769) foram homens da confiança do governador da Repartição Sul do Brasil. Ambos acabariam caindo em desgraça com a Corte: o primeiro, pela perda de Rio Grande, acabou tendo os bens confiscados; o segundo, responsabilizado pela perda da ilha de Santa Catarina, acabou se passando para as fileiras castelhanas. Caberia ao governador José Marcelino de Figueiredo a dura tarefa de retomar o controle lusitano nesta região da América portuguesa, já parcialmente conquistada pelos vizinhos espanhóis.

Diante do denominado “retorno da biografia”, voltaram à ordem do dia os estudos acerca dos administradores do Império ultramarino português.<sup>2</sup> Como um traço ou aspecto característico dos novos tempos na historiografia, vem se questionando a linearidade com que

as biografias tradicionais contavam as histórias de vida, que passam a serem concebidas antes como uma seleção dos eventos mais contundentes de uma trajetória, ao que se alia uma aguda percepção da seletividade com que o historiador reconstrói uma vida em particular, na maior parte das vezes a partir de simples fragmentos documentais.<sup>3</sup> Seja como for, não parece que seja o caso de menosprezar o valor da narrativa seqüencial da trajetória de vida do biografado. Na opinião de Carlo Ginzburg, “a cronologia, pura e simples, é uma das armas mais poderosas do historiador. Ela pode ser tratada com suspeição pela historiografia moderna, mas sua eficácia crítica é maior do que muita gente percebe”.<sup>4</sup> A importância da reconstituição biográfica estaria justamente no quadro renovado que surge para o pesquisador, depois que os diversos incidentes da vida de uma pessoa são recolhidos e analisados com detenção.

Sem intenção de esgotar a revisão bibliográfica no que tange aos governadores coloniais, existem ainda poucas investigações disponíveis, a começar pelo clássico estudo sobre Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro no século XVII, publicado originalmente em 1952. Seguiram-se os trabalhos de Heloísa Bellotto sobre o Morgado de Mateus e o de Walter Piazza sobre José da Silva Paes. Sobre Silva Paes, aliás, é necessário lembrar do livro precursor do General Borges Fortes, muito embora a obra não se trate propriamente de uma biografia do brigadeiro, estritamente falando, mas antes uma defesa e justificativa do domínio português sobre o Rio Grande. Mais recentemente, menciono ainda os trabalhos de Caio Boschi e os de Laura de Mello e Souza sobre os governadores de Minas Gerais.<sup>5</sup>

170

Sobre José Marcelino de Figueiredo propriamente dito, que foi personagem de grande relevância para o sucesso das armas portuguesas no sul da América, também existem alguns estudos, muito embora uma biografia a rigor deste governador ainda se faça necessária. Cito aqui somente os principais trabalhos, destacando inicialmente o texto de Florêncio de Abreu, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico, onde o objetivo principal foi, sem dúvida, a reabilitação histórica de José Marcelino, cujo julgamento pelos coevos tinha sido particularmente crítico. O autor destacou, em contrapartida, o seu papel de “fundador de Porto Alegre” e “povoador do Continente”. Mais tarde, no final dos anos sessenta foi publicado o alentado trabalho de Dauril Alden sobre o Marquês do Lavradio. Ao biografar o nobre vice-rei, o brasilianista estudou com atenção o relacionamento do marquês com os governadores das capitâneas, mencionando particularmente o conflito havido entre este último e José Marcelino. Outro autor que nesta época investigou a vida do fascinante governador foi Riopardense de Macedo, através de artigos publicados no *Correio do Povo* em 1969. Finalmente, Moysés Vellinho, no seu clássico livro *Fronteira*, também avaliou a importância do José Marcelino, num alentado capítulo onde o autor valeu-se da bibliografia disponível, além da documentação epistolar publicada. Um dos pontos altos do texto é o tratamento dos conflitos nos quais se envolveu o altivo governador do Continente do Rio Grande.<sup>6</sup>

### **As origens sociais e o início da carreira militar**

José Marcelino de Figueiredo nasceu em 1735 na vila de Bragança, província de Trás-os-Montes, no extremo norte de Portugal. Era, portanto, um fronteiriço, que se criou assistindo in loco as rivalidades luso-castelhanas. Seu verdadeiro nome, no entanto, era Manuel Jorge

Gomes de Sepúlveda, filho de Antônio Gomes de Sepúlveda e D. Maria Luiza Pereira. O seu pai chegaria ao posto de coronel da cavalaria ligeira, mas suas origens sociais eram muito modestas. Assim, no ano de 1723, por ocasião das habilitações necessárias para a concessão do hábito de Cristo a Antônio Gomes de Sepúlveda, ele teve que obter dispensas de diversos impedimentos de mecânicas, pois na consulta da Mesa da Consciência e Ordens constou “que o Justificante [Antônio] no seu início aprendeu o ofício de Sapateiro; seu Pai teve o mesmo ofício de Sapateiro. O avô paterno foi servente da Irmandade dos Passos em Braga, o avô materno Engomador [...], e a avó materna criada de servir do mesmo avô materno”.<sup>7</sup> O impedimento em si não causava surpresa, pois conforme notou Fernanda Olival, na década de 1720, 48% dos novos cavaleiros foram dispensados por algum motivo, a maioria deles por mecânicas. O que surpreende de fato é que um neto de sapateiro tenha chegado a ser governador da capitania do Rio Grande, muito embora esta origem humilde também tenha sido verificada em outros governadores, nomeadamente das capitanias subalternas do Brasil colonial.<sup>8</sup>

O jovem Sepúlveda sentou praça voluntariamente no Regimento de Infantaria de Chaves em 1754, onde serviu por oito anos. Aos vinte anos de idade, sucedeu a seu pai nos vínculos de Mirandela e Amendoeira, o que mostra que apesar da sua origem plebéia, a família de Manuel era proprietária de algumas terras, que foram herdadas por ele. Em 1762, com o posto de cadete, passou a servir no Regimento dos Voluntários Reais, sediado no Faro e sob comando do Coronel John Hamilton, onde chegaria ao posto de capitão.<sup>9</sup> No entanto, em 1764, no exercício da patente de capitão de cavalaria, cometeu o assassinato de um oficial britânico, que segundo a versão divulgada por Augusto Porto Alegre (e repetida por Florêncio de Abreu e Dauril Alden), estava menosprezando, juntamente com outros colegas ingleses, as habilidades do soberano português. Porém, segundo Vellinho, que se baseou nas pesquisas feitas por Riopardense de Macedo no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, a motivação do crime foi outra: “Num almoço em que naturalmente corriam com abundância os bons vinhos do país, travou-se uma disputa sobre matéria militar entre Sepúlveda e o capitão escocês John Mac Donald. Este, no azedume e agravamento da discussão, julgou-se no direito de ofender e agredir o oficial português, indo ao extremo de esbofeteá-lo. Atingido em sua dignidade, Sepúlveda atirou-se contra o contendor, impelido pela fúria do desagravo e mata-o ali mesmo com uma estocada no coração”.<sup>10</sup>

Mas, ao invés de ser condenado à morte, como fora decidido pelo Conselho de Guerra que julgou seu caso, foi efetivamente promovido, pois em dezembro de 1764 obteve a concessão da patente de coronel do regimento da cavalaria auxiliar, tendo sido enviado secretamente para o Brasil. Num ofício da Corte ao Vice-rei, datado de 1º de março de 1765, foi determinando o seu aproveitamento no Rio de Janeiro: “Por até o presente andou refugiado, e agora buscou ocultamente o serviço, e sendo como é oficial de préstimos não é justo que se perca; não convindo, porém, que se saiba que tornou a ele: ordena S.M. que V. Ex<sup>a</sup> o admita em qualquer dos Regimentos dessa Capitania com o dito posto debaixo do referido nome de José Marcelino; e guardando-se um inviolável segredo no referido”.<sup>11</sup>

## **A carreira no Brasil e os conflitos com autoridades régias e do poder local (1765-1780)**

Até onde foi possível averiguar, os motivos da adoção do nome de José Marcelino de Figueiredo por Manuel Sepúlveda estão relacionados às preferências pessoais do intrépido capitão, que assim emulava a velha nobreza provincial dominante na cidade de Bragança. O verdadeiro José Marcelino era alcaide-mor da vila, tendo sido contemporâneo de Sepúlveda. Assim sendo, fica difícil considerar válida a idéia de Vellinho de que a escolha do nome teria sido uma imposição de Pombal.<sup>12</sup> Seja como for, Manuel, digo José Marcelino, veio para a América portuguesa, instalando-se, possivelmente em meados de 1765, no Rio de Janeiro, sendo lotado em um dos regimentos peninsulares da cidade. Mas José Marcelino não iria ficar muito tempo na capital vice-reinal, pois por carta do Conde da Cunha de 02 de agosto de 1765 foi nomeado comandante da fronteira do Rio Grande (no denominado acampamento de São Caetano), subordinado somente ao governador José Custódio de Sá e Faria. Deste modo, como para purgar seu pecado original, o jovem oficial foi enviado para a fronteira onde se vivenciava a “guerra viva”, o que no caso do Rio Grande se configurava na ocupação militar castelhana, que se prolongava desde 1763.

172 Em finais de maio de 1767 José Marcelino recebeu ordens do governador José Custódio de Sá e Faria para atacar o porto e a vila de Rio Grande ocupados pelos espanhóis. Foram ordens terminantes, pois o ataque efetivamente se realizou no dia seguinte, embora tenha sido malsucedido. Não obstante o insucesso, a atuação de Marcelino, que recobrou para os portugueses a margem norte do canal, foi objeto de reconhecimento, pois em julho de 1767 uma carta do vice-rei Conde de Azambuja demonstrava sua satisfação com a sua atuação no ataque às posições espanholas. Também mereceu uma certidão passada pelo governador José Custódio de Sá e Faria, atestando os seus bons serviços no Continente entre 27 de setembro de 1765 e outubro de 1767, quando José Marcelino de Figueiredo se recolheu para o Rio de Janeiro.<sup>13</sup>

Não se sabe o que fez José Marcelino ao retornar para o Rio de Janeiro, mas o certo é que ele tivera experiências no Rio Grande que foram suficientemente abonadoras para que fosse indicado em março de 1769 para governador do Continente, alguns meses antes do início do governo do vice-rei Marquês do Lavradio. De fato, ele tomou posse como governador, prestando homenagem ao Vice-rei Conde de Azambuja, o que pode estar na raiz da animosidade entre Lavradio e José Marcelino. Entre março de 1769 e agosto de 1771 decorreu a primeira etapa do seu governo. Suas realizações são conhecidas principalmente graças às cartas enviadas para ele pelo Marquês do Lavradio, pois a correspondência ativa desta primeira fase do governo de Marcelino não foi encontrada. Desde o princípio o vice-rei foi crítico em relação ao seu subordinado, que o julgava muito intempestivo. Já em 1770 ocorreu a primeira rusga, pois Lavradio desaprovou a criação de uma companhia de milícias denominada de Voluntários Reais, que em Portugal havia sido extinta por Pombal. No ano seguinte (1771) as reprimendas de avolumaram. Tudo desagradava ao vice-rei: a intervenção do governador, que escreveu ao bispo do Rio de Janeiro, em uma disputa envolvendo um oficial engenheiro e um cura; a arrematação de uma propriedade pertencente a Coroa, que deveria ter sido feita

pelo presidente da Junta (ou seja, o próprio Lavradio); ou ainda a retenção de fundos que deveriam ter sido enviados para a capital do Rio de Janeiro. Em agosto daquele ano, finalmente, Lavradio deu o golpe de misericórdia, comunicando-o da sua substituição pelo Tenente Coronel Antônio Veiga de Andrade, determinando seu retorno urgente para o Rio de Janeiro.<sup>14</sup>

Qual seria a motivação para tanta antipatia do Marquês do Lavradio para com José Marcelino? Segundo a interpretação de Vellinho, a rixa se devia possivelmente ao fato de que o governador ostentava os “seus foros de velha estirpe fidalga”, o que desagradaria ao cioso Marquês. Porém, como já foi dito, José Marcelino tinha origens plebéias, seu pai somente tinha obtido o hábito de Cristo graças às dispensas concedidas pelo Rei; ao passo que Lavradio pertencia à primeira nobreza da Corte, membro de uma das principais casas do Reino. Não era uma disputa entre iguais. Numa carta de ofício enviada a Francisco José da Rocha, seu espião no Continente, Lavradio comentou a remoção de José Marcelino nos seguintes termos: “A desconolação em que vive esse povo pelo mau método do coronel José Marcelino, ficará acabada com a chegada do novo governador, e este homem como sempre foi mau súdito, era impossível que fosse nunca bom superior, ainda que ele pelas suas violências, confianças e absurdos tem bastantemente merecido de mim o mais rigoroso castigo, sempre talvez ache em mim mais piedade do que aquela que ele merece e espera”.<sup>15</sup> Noutra carta de ofício, desta vez destinada ao secretário Martinho de Melo e Castro, Lavradio explicou melhor os motivos que lhe levaram a remover o governador José Marcelino: “Sou obrigado a dizer a V. Ex<sup>a</sup> para assim o fazer presença a S. M., que contra a limpeza de mãos do Coronel José Marcelino não tenho cousa alguma, antes me consta ter servido com grande isenção, e os seus erros todos são nascidos de uma vaidade de Fidalguia e de ciência que lhe parece estar superior a todos”.<sup>16</sup>

Não há registro conhecido da efetiva prisão de José Marcelino, mas no seu retorno ao Rio de Janeiro ele foi certamente admoestado pelo vice-rei, devido às acusações de desobediência. Durante sua estadia na então capital do Brasil, Lavradio determinou ao governador interino que assumia o posto, Veiga e Andrade, que investigasse as suas ações governamentais nos mais variados aspectos: acerca da execução e manutenção em segredo das ordens vice-reinais; se ele havia maltratado civis e pessoal militar; se havia sido petulante nas suas relações com a Câmara em Viamão; e enfim, se ele havia desencaminhado a propriedade real. Até onde pude verificar, nenhuma dessas acusações foi confirmada; pelo contrário, o que se sabe é que Lavradio ficou consternado com assupostas irregularidades praticadas pelo governador que substituiu José Marcelino, o mencionado tenente coronel Antônio Veiga de Andrade. Segundo o informante do vice-rei, o novo governador estava metido com contrabando, além de dar cobertura às atividades ilícitas da facção liderada por Rafael Pinto Bandeira.<sup>17</sup>

Em julho de 1773 iniciava-se a segunda etapa do seu governo no Continente do Rio Grande. Logo nos primeiros meses, José Marcelino havia de se enfrentar com um enorme desafio, representado pela nova tentativa de invasão do Rio Grande pelo castelhanos comandados pelo general Vértiz. Com a utilização de um inteligente estratagema, ludibriou os atacantes espanhóis, que estavam em sensível vantagem numérica, tendo atuação destacada na defesa da fronteira do Rio Pardo. Esta ação lhe valeu bastante prestígio junto à Coroa, pois recebeu promoção por carta régia de 14 de junho de 1774 a patente de Brigadeiro de Cavalaria.<sup>18</sup>

Antes de analisar os conflitos desta segunda fase de governo, cabe aqui também retificar

uma opinião bastante disseminada. Ao contrário do que asseverou Moysés Vellinho, José Marcelino não vivia no completo isolamento, sem quaisquer contatos sociais ou familiares. Um bom exemplo são as relações de compadrio que estabeleceu na vila de Porto Alegre. Ele foi padrinho, por exemplo de Joaquina, filha do tenente Manuel Marques de Souza, filho de tradicional família oriunda da Colônia do Sacramento e de Joaquina de Azevedo Lima, filha de Domingos de Lima Veiga, escrivão da Fazenda Real naquela altura.<sup>19</sup> Este relacionamento foi apontado numa queixa feita pelo Provedor Inácio Osório ao vice-rei: “Não [tenho] eu escrivão de quem me possa fiar, pois este tem uma filha casada com o tenente das ordens [Manuel Marques de Souza] do governador e seu secretário”. No total, José Marcelino apadrinhou seis crianças entre 1774 e 1780 (sendo dois netos do coronel Francisco Barreto Pereira Pinto e um de Domingos da Lima Veiga).<sup>20</sup>

Os conflitos com as autoridades estabelecidas no Continente não demoraram a se fazer sentir. Um dos primeiros a sofrer com o gênio do governador foi o Provedor Inácio Osório Vieira. José Marcelino tinha suas prevenções diante do Provedor e que já viam da primeira fase do seu governo. Referindo-se às resistências encontradas para transferir a capital para Porto Alegre, ele assegurou que: “entrou ele [Provedor] a possuir-se de tanta melancolia, [...], que determinou voltar para Viamão, talvez a dar calor aos da panelinha contrária a este novo estabelecimento que V. Ex<sup>a</sup> ordenou nesta capital”.<sup>21</sup> No ano seguinte o relacionamento entre ambos deteriorou-se visivelmente Segundo o relato enviado ao Marquês do Lavradio pelo próprio Inácio Osório, José Marcelino “me mandou agarrar na praça pública aonde estava muito povo e tropa, e as vozes do governador que me amarassem que estava doido, o executaram dois cabos de esquadra, elevando-me pelas abas da casaca para a mesma casa do governador, ao que eu protestei que aquela violência era feita por punir [i.e. pugar] pela Fazenda Real e querer devassar seus descaminhos, tomando a todos por testemunha do ultraje e violência feita à minha pessoa e cargo, e tão manifesto por ser no mais alto dia”. Conforme o Provedor, este conflito acontecia “motivado tudo o não me ligar eu com certas pessoas que só cuidam nas suas conveniências, contra todo o direito ou dever dos homens de bem”.<sup>22</sup> É verdade que o governador José Marcelino de certa forma abafou a devassa tirada no ano de 1773. Naquela conjuntura, de esforço de guerra, o governador julgou mais acertado temporizar, pois precisava do apoio da elite local (leia-se Rafael Pinto Bandeira) para expulsar os espanhóis do Continente. Passada a guerra, no entanto, as coisas mudariam de figura.

O triênio 1775-1777 foi talvez o mais exasperante para o agora Brigadeiro José Marcelino, pois teve que vivenciar o gradual esvaziamento de suas funções, na medida em que o comando do Exército foi dado ao tenente-general Böhme, que chega ao Continente em princípios de 1775. Neste mesmo ano entrou em funcionamento a Junta da Fazenda, que também retirava poderes da Provedoria então existente. Diante da situação insólita, Marcelino perguntava ao Marquês do Lavradio: “Como hei de eu defender estas Fronteiras sem tropa alguma, nem governo da Fazenda Real? [...] Porque sem soldados e sem dinheiro nada se pode fazer, por ficar sem autoridade e sem respeito, e sem dependência”. Sobre o comandante das tropas, o seu juízo guardava um certo rancor mal disfarçado: “o Sr. General é muito prudente, e muito seguro, e eu sou muito rapaz, e muito fogoso, mas

persuada-se V. Ex<sup>a</sup> que ninguém se interessa mais do que eu nas felicidades de V. Ex<sup>a</sup>”.<sup>23</sup>

Depois de dois anos de angústia, nos quais o vice-rei sequer se dignava a lhe escrever uma carta, José Marcelino desabafou:

“Eu continuo a não valer nada neste Continente, suposto me chamem Governador, porque a tropa é governada pelo seu General, e a Fazenda Real pela Junta, as desordens crescem e o medo se vai introduzindo nestes povos, que aliás podiam defender-se alguns aos sem dependência alguma, porém como digo, nem voto tenho nestas matérias, mas sempre continuarei com o mesmo zelo e diligência que sou obrigado”.<sup>24</sup>

Passada a guerra, com a reconquista da vila do Rio Grande, a gestão de José Marcelino manteve-se envolvida em polêmicas. Entre 1777 e 1780 surgem diversas questões que antepõem o poder local (a Câmara) ao representante do poder central. O primeiro atrito registrado nas atas da Câmara, que agora se reunia no povoado de Porto Alegre, aconteceu em maio de 1777, quando os oficiais – que eram residentes em Viamão – foram detidos por ordem do governador durante quatro dias. Ficaram confinados ao espaço murado do burgo, pois José Marcelino deu ordens no portão para que não os deixasse passar. Passados estes dias e “por não experimentarmos maior violência” concordaram os vereadores em dar ao governador a quantia que requeria, que seria utilizada nas obras de uma ponte. No ano seguinte, ocorreria nova detenção dos vereadores, agora sob o pretexto de que a Câmara deveria pagar os aluguéis da casa do “mestre de meninos” do vilarejo. Nesta ocasião, José Marcelino mandou chamar os oficiais que residiam em Viamão, dizendolhes que deveriam passar a residir em Porto Alegre, como queria o vice-rei, o Marquês do Lavradio.<sup>25</sup> Porém, o principal elemento de discórdia, do ponto de vista do governador do Continente, era a suposta aliança existente entre Rafael Pinto Bandeira – antigo desafeto de José Marcelino – e os oficiais da Câmara em Porto Alegre. Mostrando-se surpreso com o fato de que até mesmo a Câmara tenha passado uma atestação elogiosa ao coronel Rafael (que era suspeito de envolvimento em atividades ilícitas de contrabando), José Marcelino não se conteve:

“Se esta dita Câmara não provar o que jurou naquela atestação, eu requeiro a V. Ex<sup>a</sup> uma competente satisfação; pois que não competindo a estes Camaristas, que não são do Senado Romano, o conhecimento dos serviços e dos crimes militares, mostram somente neste procedimento a quererem perturbar o meu governo, e motivar desordens nos Povos; mas creia V. Ex<sup>a</sup> que eles se atrevem a isto fiados em que o tal Coronel [Rafael Pinto Bandeira] lhes assegurou que V. Ex<sup>a</sup> só esperava motivos para desatender-me, e esta esperança, com a dependência ou negócios em que se acham enredados estes homens, os animou a cometer este atentado.”<sup>26</sup>

De fato, as evidências disponíveis apontam para um possível entendimento entre o poderoso Rafael e os oficiais camarários. Esta relação, construída em termos de troca de interesses, envolvia de um lado o comandante da fronteira responsável por diversos apresamentos de gado de Espanha; de outro, a Câmara local, controlada por um grupo



de comerciantes que integrava o bando dos “cunhados”, liderados pelos capitães Manuel Bento da Rocha e Manuel Fernandes Vieira. Este bando, estruturado em Viamão na década de 1760, ainda agia de forma independente no início da década seguinte; no entanto, o contato entre as duas facções familiares acabou determinando que houvesse um verdadeiro conluio entre ambas, sendo uma dominada pelos fazendeiros e outra controlada pelos negociantes.<sup>27</sup> Diante desse quadro de desconfiança, José Marcelino prosseguiu com suas arbitrariedades. Em julho de 1779, ele mandou prender o vereador mais velho da Câmara, Brás de Freitas Guimarães, por ele ter se negado a dar informação a um requerimento do governador. No ano seguinte (1780), novamente acontecia a prisão de outro importante oficial, o procurador do conselho, Manuel José Pereira Cardinal, por motivos que as atas não esclarecem.<sup>28</sup>

Desde o início da década de 1770 existia uma desconfiança de José Marcelino em relação a alguns dos potentados locais. O governador tinha uma posição dúbia em relação à Rafael Pinto Bandeira: “O Major Rafael Pinto Bandeira creio continuará a fazer muitos distintos serviços, pois é brioso e valoroso, circunstâncias estas que podem contrapesar algum defeito de criação”. No ano seguinte, José Marcelino precisava sua opinião: “O Major Rafael e muitos outros são finos contrabandistas e arriantes, mas ele tem mais que os outros o desembaraço”.<sup>29</sup> No entanto, a conjuntura de guerra impedia – conforme julgava o governador – que se prescindisse dos préstimos militares de Rafael. Na mesma missiva em que acusava Rafael Pinto Bandeira de contrabandista, José Marcelino repetiu uma máxima, muito utilizada pelos administradores coloniais. Como a situação estava ainda muito incerta para o sucesso das armas portuguesas, ele confessava que tinha que fechar os olhos a certas irregularidades, pois “me achei na necessidade de fazer dos ladrões fiéis”. No entanto, pacificada a capitania, José Marcelino reabriu as investigações acerca de Rafael, determinado sua prisão em 1779. Diante da inconcludência das provas, o caso foi remetido ao Rio de Janeiro, onde resultou em um Conselho de Guerra, que acabaria, senão inocentando completamente, pelo menos aliviando o Coronel Pinto Bandeira das acusações que lhe eram imputadas. Em 08 de janeiro de 1780 um ofício da Corte mandou restituir Rafael Pinto Bandeira ao seu posto, determinando a saída do brigadeiro José Marcelino do governo do Continente do Rio Grande. O governador permaneceu em funções até 31 de maio deste ano. Entre idas e vindas, havia permanecido quase uma década no Continente.

Retornando ao Rio de Janeiro, já relativamente avançado na idade para a época (tinha 46 anos), contraiu casamento em 24 de setembro de 1781 na freguesia de Santo Antônio da Jacutinga (atual Nova Iguaçu) com D. Joana Corrêa de Sá e Castro (também denominada Joana Corrêa de Valasques e Benevides), pertencente à prestigiosa família Sá e Benevides. Na verdade, José Marcelino casou-se com ninguém menos do que uma descendente direta do poderoso Salvador Correia de Sá.<sup>30</sup> O brigadeiro não perdeu tempo, afinal já não era mais assim tão jovem, e em 17 de agosto de 1782 acontecia o batismo da sua primeira filha, Maria Inácia. No mês seguinte, ele obteve a concessão de licença de um ano, com soldo, para ir ao Reino, mas só retornou de fato após garantir através de um decreto real (datado de 22 de novembro de 1783) a permissão para que



voltasse a usar o seu nome original. Depois de quase vinte anos, ele estava agora reabilitado: retornava como Brigadeiro, casado em uma das melhores famílias da terra e partia nomeado governador da sua cidade natal. A carreira de Sepúlveda estava, todavia, longe do seu fim.

### **Conclusão: a carreira em Portugal**

Estabelecido novamente em Bragança, de volta aos seus morgados e provavelmente em situação financeira confortável (mais pelo casamento do que pelos proventos que auferira no ultramar), faltava a Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda o acrescentamento social que lhe conduziu ao enobrecimento. Assim, em 1789 tornou-se Fidalgo da Casa Real com 1600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia. Passados mais uns poucos anos, em 11 de novembro de 1793, obteve uma carta régia com nomeação para Governador de Armas de Trás-os-Montes, ocupando este cargo até 14 de fevereiro de 1809. Cabe assinalar que este era um dos mais elevados postos militares existentes em Portugal, existindo menos de uma dezena de governadores de armas no território continental.<sup>31</sup> Após conseguir alcançar o decretamento de seus serviços, obteve em 1799 uma mercê régia remunerando seus mais de quarenta anos a serviço de El Rey, que lhe concedeu a Comenda de São Martinho de Soeira, com uma pensão de 200 mil réis anuais e mais a propriedade do juiz da Alfândega da cidade de Bragança, para se verificar em seu filho primogênito. Sepúlveda não seria, no entanto, mais um cavaleiro qualquer, pois era titulado como “comendador”, suprema distinção dentro das ordens militares portuguesas: “Hei por bem dispensar nas provanças e habilitações de sua Pessoa e havê-lo por habilitado para receber o Hábito da Ordem de Cristo, para o ter a título da Comenda de São Martinho da Soeira de que lhe fiz mercê”. Para completar a sua trajetória de nobilitação, ainda foi agraciado em 1803 com a concessão da alcaidaria-mor da Vila de Trancoso.<sup>32</sup>

177

No ano seguinte (1804), já septuagenário, redigiu seu testamento cerrado na cidade de Bragança. Mas Sepúlveda ainda viveria alguns anos, chegando a participar na guerra de libertação de Portugal do domínio francês em 1808. É considerado em Portugal o mentor da chamada “Revolução Transmontana”, por ele iniciada para expulsar os invasores que vinham do além Pirineus. O Príncipe Regente D. João, morador no Rio de Janeiro, soube reconhecer o valoroso soldado, que foi nomeado Conselheiro do Conselho de Guerra em 1809, vindo então a residir na capital do Reino. Em 1812 recebeu a última distinção em vida, quando foi promovido à dignidade de Grão Cruz da Ordem da Torre e Espada. Dois anos mais tarde (1814) ocorria o falecimento de Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda em Lisboa, onde foi sepultado. Somente assim terminava a carreira do intrépido cabo de guerra, que viveu toda a sua vida a serviço do Império luso. Sepúlveda, sob o nome trocado de José Marcelino de Figueiredo, foi um dos garantidores da fronteira meridional da América, deixando um legado de “limpeza de mãos” por onde passou. Podiam acusá-lo de desobediente os vice-reis, mas tiveram que reconhecer a sua honestidade e desprendimento. Não bastassem os importantes serviços prestados no Ultramar, ele foi também um dos principais articuladores da resistência ao domínio estrangeiro em Portugal no início do século XIX, numa conjuntura em que a reputação lusitana se

achava bastante diminuída.<sup>33</sup> Ambos motivos mais do que suficientes para que sua vida e trajetória seja melhor conhecida, não sendo reduzido à mera figura de suposto fundador de Porto Alegre.

## Notas

1 BNL (Biblioteca Nacional de Lisboa). Cód. 10854: Carta do governador José Marcelino de Figueiredo para a o Vice-rei Marquês do Lavradio (Porto Alegre, 12.02.1778).

2 Sobre esta questão ver MONTEIRO, Nuno Gonçalo & OLIVAL, Fernanda. “O Retorno da Biografia? Uma breve introdução geral”. Paper apresentado no XXIV Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social, Lisboa, 2004.

3 Conforme as considerações de LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994, p. 167-182. Ver também BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” in: op. cit. pp. 183-191.

4 “On the dark side of history”, Entrevista de Carlo Ginzburg a T.R. Gundersen in: *Eurozine*. Site: www.eurozine.com.

5 BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp: 1973; BELOTTO, Heloísa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979; PIAZZA, Walter F., *O Brigadeiro José da Silva Paes. Estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC/FCC Edições; Rio Grande, Ed. da FURG, 1988; FORTES, João Borges. *O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande*. Porto Alegre: ERUS, 1980 [1ª ed.: 1933, RIHGRGS]; BOSCHI, Caio. “Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais”. In: *Actas do Congresso “O Marquês do Pombal e a sua época”*. Câmara Municipal de Oeiras e de Pombal, 1999, p. 217-237; SOUZA, Laura de Mello e. “Os Nobres Governadores de Minas – Mitologias e histórias familiares”. In: *Norma e Conflito – Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 175-199. Desta autora, ver também o seu livro mais recente, *O Sol e a Sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

178

6 ABREU, Florêncio de. “Governo de José Marcelino de Figueiredo no governo de São Pedro – 1769 a 1780”. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-riograndense*. Vol. III, Porto Alegre, 1937, pp. 177-207; ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley & Los Angeles, 1968, pp. 448-452; RIOPARDENSE DE MACEDO, Francisco. “A prisão de Marcelino”. In: *Caderno de Sábado, Correio do Povo*, 03.05.1969 e “Marcelino em Bragança”, idem, 10.05.1969; VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo/Editora da UFRGS, 1975, pp. 147-198.

7 ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). HOC (Habilitação da Ordem de Cristo). Antônio Gomes de Sepúlveda, Letra A, maço 49, doc. 83, 1723.

8 OLIVAL, Fernanda. *Honra, Mercê e Venalidade: as Ordens Militares e o Estado Moderno*. Lisboa, 2001, p. 182; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 279-281.

9 ANTT. Ministério do Reino, Decretamentos de serviços, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, maço 154, doc. 37, 1796: Fé de ofícios, 28.05.1784; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia Ltda. vol. 28, p. 359-360 (verbete Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda).

10 PORTO ALEGRE, Augusto. *A Fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Globo, 1906; ABREU, op. cit., p. 178; ALDEN, op. cit., pp. 449-450; VELLINHO, op. cit., pp. 148-149; RIOPARDENSE DE MACEDO, op. cit.

11 BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense*. Vol. I, Rio de Janeiro, 1973, pp. 519-520.

12 ANTT. HOC. José Marcelino de Figueiredo Sarmento. Letra J, maço 10, nº 11, 1759. José Marcelino de

Figueiredo Sarmento foi alcaide-mor de Bragança (cargo que estava com sua família desde a segunda metade do século XVI) e cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi com o seu nome que Manuel Jorge de Sepúlveda foi para o Brasil. O verdadeiro José Marcelino faleceu antes de 1793. Cf. ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal). *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IV, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus, 2000, pp. 359-360 e 616-621

13 BARRETO, op. cit., p. 487; REGO MONTEIRO, Jónathas da Costa. *A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777)*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979, pp. 159-166; ANTT. Ministério do Reino, Decretos, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, maço 62, nº 74, 1799.

14 ALDEN, op. cit., pp. 450-451; ANRJ (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro). Fundo Marquês do Lavradio. Microfilme 024-97, Notação 2.

15 BNL. Divisão de Reservados. PSS, cx. 3: Cartas de Ofício do Marquês do Lavradio, 1768-1774. Carta de 14.09.1771.

16 BNL. Divisão de Reservados. PSS, cx. 3. Carta de 04.11.1771.

17 ALDEN, op. cit., pp. 120-125.; ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio, microfilme 024-97, notação 16: cartas do sargento-mor Francisco José da Rocha ao vice-rei Marquês do Lavradio.

18 ALDEN, op. cit., pp. 125-132; REGO MONTEIRO, op. cit., pp. 219-235.

19 AHCMPA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre), 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, fl. 7v; 10/06/1774.

20 BNL. Divisão de Reservados. MSS 226, nº 62: Carta do Provedor Inácio Osório Vieira para o Vice-rei Marquês do Lavradio (Porto Alegre, 21.09.1774); AHCMPA. 1º Livro de Batismos de Porto Alegre, 1772-1792.

21 BNL. Divisão de Reservados, cód. 10854, carta de 31.08.1773.

22 BNL. Divisão de Reservados. MSS 226, nº 62.

23 BNL. Divisão de Reservados, códice 10854: Coleção de correspondência de José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande do Sul para o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, com outros documentos referentes ao mesmo Estado, 1773-1778. Cartas de 06.02.1775 e 12.01.1776.

24 BNL. Códice 10854, carta de 16.03.1777.

25 Termo de Vereança, 09.05.1777 in: Boletim Municipal, vol. VI, nº 15, 1943, p. 376; Termo de Vereança, 07.12.1778 in: Boletim Municipal, vol. VII, nº 16, 1943, p. 46-47.

26 Carta de José Marcelino para o Marquês do Lavradio. Porto Alegre, 01.05.1779 In: *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, nº 23, p. 408.

27 Para uma explicação a respeito do conceito de "bando", aqui utilizado com o significado de facção familiar e/ou política, ver João Fragoso. "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa". In: *Tempo*. Vol. 8, nº 15, jul-dez. 2003, p. 11-35.

28 Termos de Vereança de 25.08.1779 e 01.04.1780. In: *Boletim Municipal*, vol. VII, nº 16, 1943, p. 61-62 e 76-77.

29 BNL. Cód. 10854, cartas de 18.10.1774 e 09.05.1775. O processo movido contra Rafael foi publicado na Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, nº 23, 1930.

30 Dona Joana era neta de Martim Correa de Sá (1639-1678), que foi Tenente General do Rio de Janeiro. Este Martim foi casado com D. Maria Tereza de Jesus de Gouvea, natural do Rio de Janeiro. Deste matrimônio nasceu D. Isabel Correa de Sá, mãe de Joana, que foi casada, por seu turno, com o seu primo, o tenente-coronel Martim (ou Martinho) Correa de Sá, que teria sido Alcaide Mor do Rio de Janeiro. D. Joana Correa de Sá e Castro, filha de D. Isabel Correa de Sá, nasceu a 12.08.1758 no Rio de Janeiro. Cf. Manuel José da Costa Felgueiras GAYO. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga, Edição de Carvalho de Basto, 1992 (3ª ed.), Vol. 4, Tomo XII, § 125, N1 e N2, p. 77-78; CAVALCANTI, Nireu. *Crônicas Históricas do Rio Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, pp. 27-28; BOXER, op. cit. pp. 410-411: A família de Salvador.

31 ANTT. Ministério do Reino, Decretamentos de serviços, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, maço 171, doc. 16, 1814; Decretos, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, maço 62, nº 74, 1799.

32 Idem. *Ibidem* e Habilitação da Ordem de Cristo. Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, Letra M, maço 29, doc. 24, 1799.

33 ANTT. Ministério do Reino, Decretamentos de serviços, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, maço 171, doc. 16, 1814; para a atuação de Sepúlveda contra os franceses, ver ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal). *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo I, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus, 2000, p. 127-147. Uma narrativa contemporânea aos fatos é encontrada na obra de SEPÚLVEDA, Francisco Xavier Gomes de (Abade de Rebordãos). *Memória Abreviada e Verídica dos importantes serviços que fez à nação o Excelentíssimo Senhor Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda*. Lisboa: Na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1809.